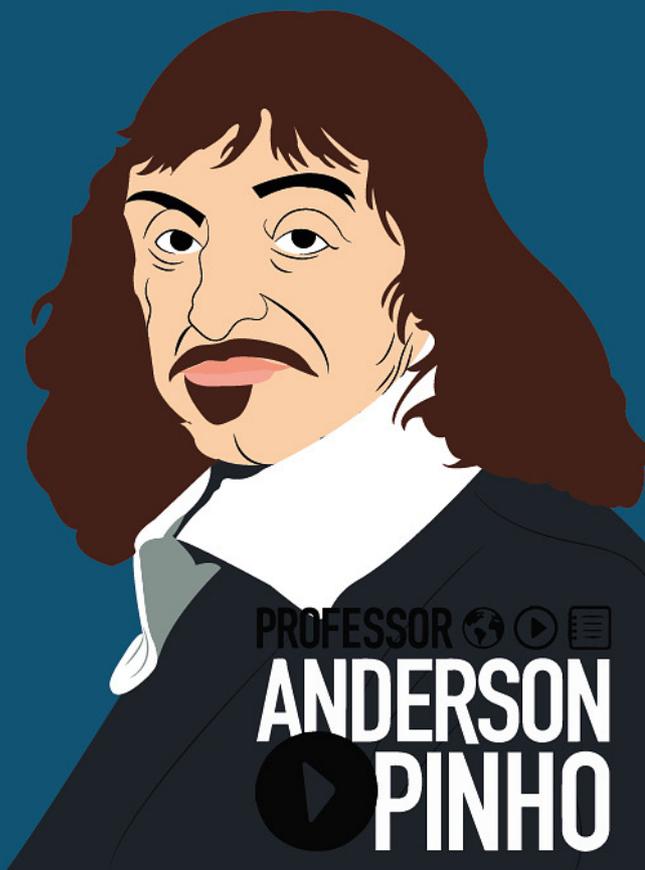


NONA SEMANA



MODERNA



PROFESSOR   
**ANDERSON
PINHO**

EMPIRISMO

1. FRANCIS BACON – CONHECIMENTO (EMPÍRICO) É PODER

O filósofo da era industrial



Francis Bacon (1561-1626) foi um parlamentar inglês que se destacou como um grande cientista. Ele acreditava que ciência deveria servir para o progresso e bem-estar das pessoas. Por isso, para ele, conhecimento é poder.

Como era típico de sua época, era crítico de Aristóteles e contrário ao silogismo dedutivo, fruto da mera argumentação abstrata. Para ele o conhecimento deveria se fundar nas bases sólidas do experimento, do método indutivo de investigação.

No *Novum Organum*, que é sua obra mais conhecida, escreve Francis Bacon:

"É preciso considerar ainda a força, a virtude e os efeitos das coisas descobertas, que não se apresentam tão claramente em outras coisas como nestas três invenções, que eram desconhecidas para os antigos e cuja origem, embora recente, é obscura e inglória: a arte da impressão, a pólvora e a bússola. Com efeito, essas três coisas mudaram a situação do mundo todo, a primeira nas letras, a segunda na arte militar, a terceira na navegação; provocaram mudanças tão extraordinárias que nenhum império, nem seita, nem estrela parece ter exercido maior influência e eficácia sobre a humanidade do que essas três invenções."

Se Galileu, entre outras coisas, teorizou a natureza do método científico; se Descartes, entre outras coisas, propôs uma metafísica que influenciou extremamente a ciência; Bacon, por seu turno, foi o filósofo da era industrial, pois expressou de modo muito eficaz e penetrante a influência das descobertas científicas sobre o delineamento da vida do homem, com as consequências que delas derivam.

O método para alcançar o verdadeiro saber

Conforme Bacon, ciência e poder coincidem, no sentido de que se pode agir sobre fenômenos apenas quando se conhecem suas causas. Para remediar os defeitos do saber de seu tempo, tecido de axiomas abstratos e de lógica silogística, Bacon propõe a importante distinção entre:

a) as **antecipações da natureza**, que são noções tomadas de poucos dados habituais e sobre as quais a opinião comum facilmente dá seu próprio consentimento;

b) as **interpretações da natureza**, que derivam ao contrário de uma pesquisa que se desenvolve a partir das próprias coisas conforme os modos adequados.

Ora, são as interpretações da natureza, e não as antecipações, que constituem o verdadeiro saber, obtido com o verdadeiro método, o qual é um *Novum organum*, um instrumento novo e eficaz para alcançar a verdade. Trata-se, portanto, de seguir propriamente duas fases:

- 1) a primeira consiste em limpar a mente de falsas noções (ídola) que invadiram o intelecto humano;
- 2) a segunda consiste na exposição e justificação das regras do novo método.

A teoria dos ídolos

A primeira função da teoria dos ídolos é a de tornar os homens conscientes das falsas noções que obscurecem sua mente e barram o caminho para a verdade.

Os gêneros de ídolos que assediam a mente são quatro:

1) os **ídolos da tribo**, fundados sobre a própria natureza humana e dependentes do fato de que o intelecto humano mistura sempre a própria natureza com a das coisas, deformando-a e transfigurando-a. Isto é, não existem conexões entre a natureza do homem e das coisas;

2) os **ídolos da caverna**, que derivam do indivíduo singular, e precisamente da natureza específica da alma e do corpo do indivíduo singular, ou então de sua educação e de seus hábitos, ou ainda de outros casos fortuitos. Ou seja, o indivíduo não deve analisar a natureza a partir de suas crenças particulares;

3) os **ídolos do foro** ou do mercado, dependentes dos contatos recíprocos do gênero humano, que se insinuam no intelecto por via das combinações impróprias das palavras e dos nomes. Com isso ele quer dizer que não se descobre o que a natureza é apenas conversando com os outros;

4) os **ídolos do teatro**, que penetram na alma humana por obra das diversas doutrinas filosóficas e das péssimas regras de demonstração. Aqui ele nos alerta para não acreditarmos em falsas ideias de doutrinas filosóficas ou científicas.

O objetivo da ciência

Segundo Bacon, a obra e o fim da ciência humana consistem na descoberta da forma de uma natureza dada. Sendo essa forma a causa formal, a única que ele admite (diferentemente de Aristóteles que admitia outras três causas: a material, a eficiente e a final), pelo que conhecer as formas das várias coisas ou

“naturezas” significa penetrar nos segredos profundos da natureza e tornar o homem poderoso sobre ela.

A ideia de forma aqui pressupõe os conceitos de:

a) *Processo latente*, que é o processo continuativo, a lei, que regula a geração e a produção do fenômeno.

b) *Esquematismo latente*, que é a estrutura, a essência de um fenômeno natural. Em tal sentido, “compreender a forma” significa propriamente compreender a estrutura de um fenômeno e a lei que regula seu processo.

Somente tomando esses cuidados o homem estará apto a explorar os mistérios da natureza usando o método correto, qual seja, o da **experimentação**, que consiste em fazer uma **hipótese**, testá-la, buscando a maior quantidade de dados possível, e somente depois confirmar sua veracidade, podendo torná-la **lei geral**.

QUESTÕES

1. O saber, para Bacon, é apenas um meio mais vigoroso e seguro para conquistar o poder sobre a natureza e não tem valor apenas em si mesmo. [...] Por outro lado, sua filosofia não pretende entregar o saber ao homem como instrumento para o domínio dos semelhantes; ao contrário, desejou que a ciência servisse à humanidade em geral, na sua permanente luta contra a natureza, deixando de ser concebida simplesmente como contemplação de uma ordem de coisas eternas e perfeitas, supostamente criadas por um ser superior.

ANDRADE, José Aluysio Reis de. Vida e obra. In: *Bacon*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 12-13. (Os pensadores.)

O texto acima refere-se à tese desenvolvida pelo filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), segundo a qual saber é poder.

Assinale a alternativa que confronta corretamente esta concepção baconiana com questões sociais ou ambientais da época atual.

a) Francis Bacon defende o conhecimento como um meio para melhorar a vida humana com a geração de tecnologias que emancipem o homem do domínio da natureza. Esse modelo de relação entre homem e natureza, porém, desenvolvido pela civilização ocidental nos últimos séculos, resultou em graves desequilíbrios ecológicos.

b) A filosofia de Francis Bacon é responsável pelos rumos econômicos, culturais e sociais da civilização ocidental. Por isso, devemos a esse filósofo inglês as

comodidades da vida contemporânea, como o computador, o automóvel e tantos outros produtos gerados pela tecnologia, e sem os quais nossa existência seria impensável.

c) Com sua tese de que saber é poder, Francis Bacon defende uma sociedade marcada pela hierarquia do conhecimento, isto é, uma divisão social em que os intelectuais utilizem seu conhecimento para dominar os ignorantes. Essa, aliás, é a causa de muitos conflitos sociais, políticos e culturais no mundo contemporâneo.

d) A filosofia de Francis Bacon preconiza uma forma de saber superior, por meio da qual os homens sejam capazes de transcender das coisas mundanas para a esfera divina. Atualmente, a proliferação de movimentos espiritualistas no mundo ocidental atesta a validade da filosofia baconiana, uma vez que sua proposta está se efetivando.

e) A proposta de Francis Bacon não deve ser entendida isoladamente, mas, isto sim, em correspondência com as transformações culturais, econômicas, políticas e sociais que ocorriam em seu tempo. Por isso, não tem valor para a atualidade, uma vez que esta é marcada por numerosos conflitos que atestam o pouco apreço que temos pelo conhecimento.

2. São de quatro gêneros os ídolos que bloqueiam a mente humana. Para melhor apresentá-los, assinalamos os nomes: Ídolos da Tribo, Ídolos da Caverna, Ídolos do Foro e Ídolos do Teatro.”

BACON. *Novum Organum...*, São Paulo: Nova Cultural, 1999, p.33.

É correto afirmar que para Bacon:

a) Os Ídolos da Tribo e da Caverna são os conhecimentos primitivos que herdamos dos nossos antepassados mais notáveis.

b) Os Ídolos do Teatro são todos os grandes atores que nos influenciam na vida cotidiana.

c) Os Ídolos do Foro são as ideias formadas em nós por meio dos nossos sentidos.

d) Através dos Ídolos, mesmo considerando que temos a mente bloqueada, podemos chegar à verdade.

e) Os Ídolos são falsas noções e retratam os principais motivos pelos quais erramos quando buscamos conhecer.

3. A imagem do homem que triunfa sobre a natureza bruta é significativa para se pensar a filosofia de Francis Bacon (1561-1626). Com base no pensamento de Bacon, considere as afirmativas a seguir.

I. O homem deve agir como intérprete da natureza para melhor conhecê-la e dominá-la em seu benefício.

II. O acesso ao conhecimento sobre a natureza depende da experiência guiada por método indutivo.

III. O verdadeiro pesquisador da natureza é um homem que parte de proposições gerais para, na sequência e à luz destas, clarificar as premissas menores.

IV. Os homens de experimentos processam as informações à luz de preceitos dados a priori pela razão.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

4. [...] é necessário, ainda, introduzir-se um método completamente novo, uma ordem diferente e um novo processo, para continuar e promover a experiência. Pois a experiência vaga, deixada a si mesma [...] é um mero tateio, e presta-se mais a confundir os homens que a informá-los. Mas quando a experiência proceder de acordo com leis seguras e de forma gradual e constante, poder-se-á esperar algo de melhor da ciência. [...]

A infeliz situação em que se encontra a ciência humana transparece até nas manifestações do vulgo. Afirma-se corretamente que o verdadeiro saber é o saber pelas causas. E, não indevidamente, estabelecem-se quatro coisas: a matéria, a forma, a causa eficiente, a causa final. Destas, a causa final longe está de fazer avançar as ciências, pois na verdade as corrompe; mas pode ser de interesse para as ações humanas.

(BACON, F. Novo Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Abril Cultural. 1973. p. 72; 99-100.)

Com base no texto e no pensamento de Francis Bacon acerca da verdadeira indução experimental como interpretação da natureza, é correto afirmar.

- a) Na busca do conhecimento, não se podem encontrar verdades indubitáveis, sem submeter as hipóteses ao crivo da experimentação e da observação.
- b) A formulação do novo método científico exige submeter a experiência e a razão ao princípio de autoridade para a conquista do conhecimento.
- c) O desacordo entre a experiência e a razão, prevalecendo esta sobre aquela, constitui o fundamento para o novo método científico.
- d) Bacon admite o finalismo no processo natural, por considerar necessário ao método perguntar para que as coisas são e como são.
- e) O estabelecimento de um método experimental, baseado na observação e na medida, aprimora o método escolástico.

5. “Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática.”

BACON. Novum Organum..., São Paulo: Nova Cultural, 1999, p.40.

Tendo em vista o texto acima, assinale a alternativa correta:

- a) Bacon estabelece que a melhor maneira de explicar os fenômenos naturais é recorrer aos princípios inatos da razão.
- b) Através do conhecimento científico, o homem aprende a aceitar o domínio dos princípios metafísicos de causalidade sobre a natureza.
- c) O conhecimento da natureza depende do poder do homem. Assim um rei conhece mais sobre a natureza do que um pobre estudante.
- d) Através da contemplação - observação – da natureza o homem aprende a conhecê-la e, então, reúne condições para dominar a natureza.

e) Devemos ser práticos e obedecer à natureza, pois o conhecimento das relações de causa e efeito é impossível e sempre frustrante.

6. [...] chamamos esses lugares de regiões superiores. [...] Tais torres, conforme sua altura e posição, servem para experimentos de isolamento, refrigeração e conservação, e para as observações atmosféricas, como o estudo dos ventos, da chuva, da neve, granizo e de alguns meteoros ígneos.

(BACON, F. Nova Atlântida. São Paulo: Nova Cultural. 1997. P; 246.)

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre os subtemas, pode-se afirmar que o pensamento de Francis Bacon:

- a) Reconhece e valoriza o distanciamento da realidade preconizado pelos autores da escolástica.
- b) Rejeita a máxima “saber é poder” e compreende a ciência como meio de controle sobre os seres humanos.
- c) Está voltado para o problema do método e para a defesa da experimentação.
- d) Considera o acesso à verdade como um processo que resulta do método dialético e que parte dos dados gerais para chegar ao particular.
- e) Estrutura, assim como de Platão, sua “utopia política”, tendo como base a sociedade organizada em trabalhadores, soldados e governantes.

7. Segundo Francis Bacon, “são de quatro gêneros os ídolos que bloqueiam a mente humana. Para melhor apresentá-los, lhes assinamos nomes, a saber: Ídolos da Tribo; Ídolos da Caverna; Ídolos do Foro e Ídolos do Teatro”.

BACON, F. Novum Organum. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 21.

Com base nos conhecimentos sobre Bacon, os Ídolos da Tribo são:

- a) Os ídolos dos homens enquanto indivíduos.
- b) Aqueles provenientes do intercurso e da associação recíproca dos indivíduos.
- c) Aqueles que imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas.

d) Aqueles que chegam ao espírito humano por meio de regras viciosas de demonstração.

e) Aqueles fundados na própria natureza humana.

8. Leia o texto a seguir.

O pensamento moderno caracteriza-se pelo crescente abandono da ciência aristotélica. Um dos pensadores modernos desconfortáveis com a lógica dedutiva de Aristóteles – considerando que esta não permitia explicar o progresso do conhecimento científico – foi Francis Bacon. No livro *Novum Organum*, Bacon formulou o método indutivo como alternativa ao método lógico-dedutivo aristotélico.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Bacon, é correto afirmar que o método indutivo consiste

- a) na derivação de consequências lógicas com base no corpo de conhecimento de um dado período histórico.
- b) no estabelecimento de leis universais e necessárias com base nas formas válidas do silogismo tal como preservado pelos medievais.
- c) na postulação de leis universais com base em casos observados na experiência, os quais apresentam regularidade.
- d) na inferência de leis naturais baseadas no testemunho de autoridades científicas aceitas universalmente.
- e) na observação de casos particulares revelados pela experiência, os quais impedem a necessidade e a universalidade no estabelecimento das leis naturais.

9. Em sua obra *Nova Atlântida*, Francis Bacon descreve uma instituição imaginária chamada Casa de Salomão, cuja finalidade “[...] é o conhecimento das causas e dos segredos dos movimentos das coisas e a ampliação dos limites do império humano para a realização de todas as coisas que forem possíveis.”

(BACON, Francis. *Nova Atlântida*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 245.)

Sobre a concepção de ciência em Francis Bacon, é correto afirmar:

a) A ciência justifica-se por si própria e está desvinculada da necessidade de proporcionar conhecimento sobre a natureza.

b) O objetivo da ciência é fornecer a quem a controla um instrumento de domínio social sobre os outros homens.

c) Para a ciência, o enfrentamento das questões econômicas e sociais tem maior relevância do que o conhecimento da natureza, porque proporciona uma vida boa para os indivíduos.

d) A origem da ciência está dada em pressupostos a priori, sendo desnecessário o recurso ao saber prático e empírico.

e) A ciência visa o conhecimento da natureza com a intenção de controle e domínio sobre ela para que o homem possa ter uma vida melhor.

10. “[...] Aristóteles estabelecia antes as conclusões, não consultava devidamente a experiência para estabelecimento de suas resoluções e axiomas. E tendo, ao seu arbítrio, assim decidido, submetia a experiência como a uma escrava para conformá-la às suas opiniões”.

(BACON, Francis. *Novum Organum*. Trad. de José Aluysio Reis de Andrade. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 33.)

Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a interpretação que Bacon fazia da filosofia aristotélica.

a) A filosofia aristotélica estabeleceu a experiência como o fundamento da ciência.

b) Aristóteles consultava a experiência para estabelecer os resultados e axiomas da ciência.

c) Aristóteles afirmava que o conhecimento teórico deveria submeter-se, como um escravo, ao conhecimento da experiência.

d) Aristóteles desenvolveu uma concepção de filosofia que tem como consequência a desvalorização da experiência.

e) Aristóteles valorizava a experiência, por considerá-la um caminho seguro para superar a opinião e atingir o conhecimento verdadeiro.

11. Segundo o filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), o ser humano tem o direito de dominar a natureza e as técnicas; as ciências são os meios para exercer esse poder.

Que processo histórico pode ser diretamente associado a essas ideias?

a) Os ideais de retorno à vida natural.

b) O bloqueio continental imposto à Europa por Napoleão Bonaparte.

c) A Contrarreforma promovida pela Igreja Católica.

d) O surgimento do estilo barroco nas artes.

e) A Revolução Industrial.

12. (ENEM 2013) Os produtos e seu consumo constituem a meta declarada do empreendimento tecnológico. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu “de um prazer de poder”, “de um mero imperialismo humano”, mas da aspiração de *libertar* o homem e de *enriquecer* sua vida, física e culturalmente.

CUPANI, A. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques, *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 2 n. 4, 2004 (adaptado).

Autores da filosofia moderna, notadamente Descartes e Bacon, e o projeto iluminista concebem a ciência como uma forma de saber que almeja libertar o homem das intempéries da natureza. Nesse contexto, a investigação científica consiste em

a) expor a essência da verdade e resolver definitivamente as disputas teóricas ainda existentes.

b) oferecer a última palavra acerca das coisas que existem e ocupar o lugar que outrora foi da filosofia.

c) ser a expressão da razão e servir de modelo para outras áreas do saber que almejam o progresso.

d) explicitar as leis gerais que permitem interpretar a natureza e eliminar os discursos éticos e religiosos.

e) explicar a dinâmica presente entre os fenômenos naturais e impor limites aos debates acadêmicos.

13. (UFSJ 2012) Sobre os ídolos preconizados por Francis Bacon, é CORRETO afirmar que:

a) “A consequência imediata da ação dos ídolos é a inscrição do Homem num universo de massacre e sofrimento racional-indutivo, onde o conhecimento

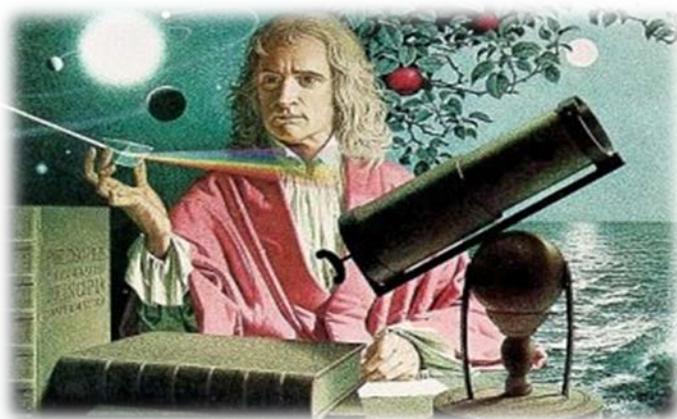
científico se distancia da filosofia, se deteriora e se amesquinha”.

b) “Toda idolatria é forjada no hábito e na subjetividade humanos”.

c) “Os ídolos invadem a mente humana e para derogá-los, é necessário um esforço racional-dedutivo de análise, como bem advertiu Aristóteles”.

d) “Os ídolos da caverna são os homens enquanto indivíduos, pois cada um [...] tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza”.

2. ISAAC NEWTON E O GRANDE RELÓGIO CELESTE



O grande cientista que completou a revolução científica do século XVII foi Isaac Newton (1642 – 1727). Ele também era fascinado pelos inventos mecânicos de sua época, quando criança construiu pipas, moinhos, e até um relógio d’água.

Na universidade ele conheceu a filosofia mecânica de Descartes e seus trabalhos de geometria, a explicação matemática de Galileu para o universo, e as leis de Kepler sobre os movimentos planetários.

Quando estudou a luz usou o método de observação e experimentação de Francis Bacon, e descobriu que as cores são uma propriedade da luz e não dos objetos.

Newton se vale das duas grandes concepções de ciência de seu tempo, a matematização e a **experiência**. Mas ele não é apenas um seguidor dessas diferentes concepções, ele as unifica e as supera, na síntese que faz do empirismo de Francis Bacon e do racionalismo de Descartes.

Apesar de se utilizar da filosofia mecânica, Newton não gostava do materialismo que estava por

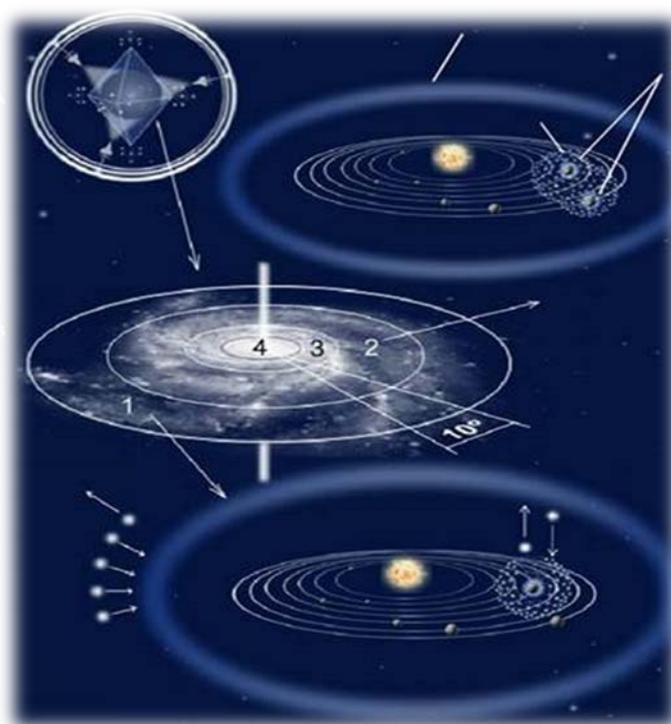
trás dela, do fato desta filosofia ter tirado Deus da explicação do funcionamento do mundo.

Na base de todo o pensamento de Newton estava a crença em um Deus racional que havia criado um universo racional que poderia ser descoberto pela análise e pela matemática.

Em 1687, chegara o tempo dele descrever racionalmente a grande obra divina que era o universo, na sua grande obra *Os princípios matemáticos da filosofia natural*, popularmente conhecido como *Principia*.

Kepler já havia dito que as órbitas planetárias eram elípticas, mas não explicou o motivo. No *Principia*, Newton explica tudo com a sua teoria da gravitação universal.

Perceba a grandiosidade de sua obra, ela não explica apenas os fenômenos terrestres, mas todo o universo. Ele diz até como calcular a quantidade de massa de cada planeta. Explica o motivo da terra ser achatada nos polos e porque há uma saliência na região do equador. Ele descreve as leis de funcionamento do universo. É algo extraordinário.



O *Principia* foi a primeira obra científica a apresentar um trabalho quantitativo, exato, de um sistema matemático, baseado em experimentação e observação crítica. Ele concluiu o processo de explicação matemática do universo, desde o cair de uma maçã, ao movimento dos planetas.

Apesar da grandiosidade do sistema newtoniano, ele próprio admitia que não sabia o que era a gravidade, apenas como ela atua. Por isso foi acusado de usar em sua teoria conceitos medievais como a

magia. Mas essas críticas em nada abalaram a grandiosidade de sua obra.

Para ele, espaço e tempo são absolutos, tendo conhecimento do que acontecia num determinado momento era possível calcular o que iria acontecer em outro. Os eventos/movimentos eram determináveis, como em uma máquina, um grande relógio para ser mais preciso. Descobrimo-se a causa de um efeito, poder-se-ia prever os efeitos seguintes, como uma grande engrenagem de causas e efeitos.

Inaugurava-se então uma grande era de inovações, onde os homens fariam uso das leis da natureza para controlar seus destinos. A revolução industrial muito dificilmente teria acontecido sem as ideias de Newton.

3. JOHN LOCKE: EMPIRISMO E LIBERALISMO POLÍTICO



O inglês John Locke (1632 – 1704) vem de uma família de comerciantes puritanos, estudou na universidade de Oxford, onde se formou médico, e sempre esteve envolvido na política. Lá ele teve contato com as ideias de Francis Bacon e Descartes.

Era contra a monarquia absolutista e por isso teve que se exilar na Holanda em 1683 no final do reinado de Carlos II, contra o qual ajudou a elaborar uma conspiração.

Com a revolução gloriosa, e a ascensão ao trono do holandês Guilherme de Orange, ele volta à Londres e pode se dedicar inteiramente à filosofia.

Mesmo já vindo se desenvolvendo antes dele, muitos o consideram o pai do empirismo, mas não há dúvidas de sua paternidade quanto ao liberalismo político.

A obra que trata sobre a capacidade de conhecermos é *Ensaio acerca do entendimento humano*, onde defende o empirismo afirmando que ao contrário do que dizia Descartes, não temos ideias inatas, nosso conhecimento é adquirido por meio dos sentidos através da experiência.

Seu objetivo nessa obra é investigar, não o que conhecemos, mas o que, como, e os limites do processo

de conhecer. Sua preocupação é em saber como a mente funciona.

Segundo ele, a mente do ser humano ao nascer é como uma folha de papel em branco/**tábula rasa**, onde vão sendo impressos conhecimentos/ideias ao longo da vida, que nos chegam por meio dos sentidos.

Esse conhecimento nos chega através de uma **experiência sensível imediata/sensação** e é processado internamente por meio da **reflexão**. Adquirimos ideias simples pelos sentidos e elaboramos as complexas através da reflexão.

Mas por entender que a matemática é um conhecimento válido em termos lógicos, Locke não pode ser considerado um empirista radical.

Agora vejamos o seu empirismo mais detalhadamente.

3.1 Empirismo

Objetivo da filosofia moderna

Bacon escrevera que "introduzir um uso melhor e mais perfeito do intelecto" constitui uma necessidade imprescindível, e procurara satisfazer parcialmente essa necessidade do modo como já vimos.

Locke assume esse programa, desenvolvendo-o e levando-o à sua perfeita maturação. Para ele, porém, não se trata de examinar o emprego do intelecto humano relativamente a alguns setores ou âmbitos do conhecimento, e sim o próprio intelecto, suas capacidades, suas funções e seus limites. Não se trata, portanto, de examinar os objetos, mas sim de examinar o próprio sujeito.

Desse modo, o centro do interesse da filosofia moderna vai-se especificando sempre melhor, ao mesmo tempo em que vai se delineando cada vez mais claramente o caminho que levará, como meta final, ao criticismo kantiano.

O objetivo é o de conseguir estabelecer a gênese, a natureza e o valor do conhecimento humano, particularmente o de definir os limites dentro dos quais o intelecto humano pode e deve se mover e quais são as fronteiras que ele não deve ultrapassar, ou seja, quais são os âmbitos que lhe estão estruturalmente fechados.

A ideia como conteúdo do pensamento

Tradição empirista inglesa e "ideia" cartesiana são os componentes de cuja síntese nasce o novo empirismo lockiano.

Mas, antes de penetrar no âmago do problema, é oportuno fazer algumas observações sobre esse termo, que tem história gloriosa.

Nós hoje usamos comumente o termo "ideia" na acepção que Descartes e Locke consagraram, caindo facilmente no erro de crer que essa seja a única e óbvia acepção desse termo. Entretanto, ela constitui o ponto de chegada de um debate metafísico e gnosiológico iniciado por Platão (e, em certos aspectos, ainda antes), continuado por Aristóteles e, depois, pelos neoplatônicos, os Padres da Igreja, os escolásticos e alguns pensadores renascentistas.

O termo "ideia" é a transliteração de um termo grego que significa "forma" (sinônimo de *eidōs*), particularmente (de Platão em diante) *forma ontológica*, significando, portanto, uma "essência substancial" e um "ser", e não um "pensamento". Na fase final do platonismo antigo, as ideias tornam-se "pensamentos do Intelecto supremo" e, portanto, paradigmas supremos, nos quais coincidem ser e pensamento, ou seja, paradigmas metafísicos.

Os debates sobre o problema dos universais e as diversas soluções propostas abalaram fortemente a antiga concepção platônica, abrindo caminho para proposições radicalmente novas.

A escolha cartesiana do termo "ideia" para indicar um simples conteúdo da mente e do pensamento humano marca o total esquecimento da antiga problemática metafísica da ideia e o advento de uma mentalidade completamente nova, que Locke contribuiu para impor definitivamente.

Todavia, a concordância com Descartes se rompe no momento em que se trata de estabelecer "de que modo essas ideias vêm ao espírito". Descartes alinhara-se em favor das ideias inatas. Locke, ao contrário, nega qualquer forma de inatismo e procura demonstrar, de modo sistemático e com pormenorizada riqueza analítica, que as ideias derivam sempre e somente da experiência.

A tese de Locke é a seguinte:

- 1) não existem ideias nem princípios inatos;
- 2) nenhum intelecto humano, por mais forte e vigoroso que seja, é capaz de forjar ou inventar (ou seja, criar) ideias, bem como não é capaz de destruir aquelas que existem;
- 3) conseqüentemente, a experiência constitui a fonte e, ao mesmo tempo, o limite, ou seja, o horizonte, ao qual o intelecto permanece vinculado.

O intelecto não possui ideias inatas

A crítica do "inatismo", portanto, é considerada por Locke como ponto fundamental. Por isso, dedicou todo o primeiro livro do *Ensaio*.

A posição dos inatistas que Locke critica não é somente a dos cartesianos, mas também de todos aqueles que, sob alguma forma, sustentam a presença na mente de conteúdos anteriores a experiência, nela impressos desde o primeiro momento de sua existência.

Locke recorda que o ponto básico ao qual se referem os defensores do inatismo das ideias e dos princípios (teóricos ou práticos) é o "consenso universal" de que ambos desfrutam junto a todos os homens.

Os argumentos de fundo em que Locke se apoia para refutar essa prova são os seguintes:

a) O "consenso universal" dos homens sobre certas ideias e certos princípios (considerado, mas não concedido que exista) poder-se-ia explicar também sem a hipótese do inatismo, simplesmente mostrando que existe outro modo de chegar a ele.

b) Mas, na realidade, o pretensão consenso universal não existe, como fica evidente no fato de que as crianças e os deficientes não tem de modo nenhum consciência do princípio de identidade e de não-contradição, nem dos princípios éticos fundamentais.

c) Para escapar a essa objeção seria absurdo sustentar que as crianças e os deficientes tem esses princípios de forma inata, mas não são conscientes disso. Com efeito, é absurdo dizer que há verdades impressas na alma, mas que elas não são percebidas, posto que sempre coincidem a presença de um conteúdo na alma e a consciência dessa presença.

d) A afirmação de que existem princípios morais inatos é desmentida pelo fato de que alguns povos se comportam exatamente ao contrário daquilo que tais princípios postulariam, ou seja, praticando ações que para nós são criminosas sem experimentar remorso algum, o que significa que eles consideram seu comportamento como não sendo de modo nenhum criminoso e sim como perfeitamente lícito.

e) Nem da própria ideia de Deus pode-se dizer que todos a possuem, porque há povos que "não tem sequer um nome para designar Deus, não possuindo religião nem culto".

O intelecto não pode criar nem inventar ideias

Poder-se-ia levantar a hipótese de que, mesmo não as contendo em forma inata, o intelecto poderia "criar" as ideias ou, se assim se preferir, poderia "inventá-las". Mas a hipótese é categoricamente excluída por Locke. Nosso intelecto pode combinar de vários modos as ideias que recebe, mas não pode de modo nenhum dar-se a si próprio as ideias simples, como também não pode, desde que as tenha, destruí-las, aniquilá-las ou apagá-las, como já foi dito.

Escreve Locke:

"[...] nem mesmo o gênio mais elevado ou o intelecto mais vasto, por mais vivo e variado que seja o seu pensamento, tem o poder de inventar ou forjar uma só ideia simples nova no espírito, que não seja apreendida dos modos já mencionados, como também não pode a força do intelecto destruir as ideias que já existem.

O domínio do homem sobre esse pequeno mundo de seu intelecto é mais ou menos o mesmo que ele tem sobre o grande mundo das coisas visíveis, onde seu poder, mesmo exercido com arte e habilidade, nada mais consegue além de compor e dividir os materiais que estão à disposição, mas nada pode fazer para fabricar a mínima partícula de matéria nova ou para destruir um átomo sequer daquela que já existe.

Quem quer que tente forjar em seu intelecto uma ideia simples não recebida de objetos externos através dos sentidos ou da reflexão sobre as operações do seu espírito, encontrará em si essa mesma incapacidade.

Gostaria que alguém tentasse imaginar um gosto que nunca tenha afetado seu paladar, ou fazer uma ideia de algum perfume cujo odor nunca tenha sentido; quando puder fazê-lo, eu estarei pronto a concluir que um cego pode ter ideias das cores e um surdo noções distintas dos sons".

O intelecto humano é como uma tábula rasa

O intelecto, portanto, recebe o material do conhecimento unicamente da experiência. A alma só pensa depois de ter recebido esse material.

Diz Locke:



"Não vejo, portanto, nenhuma razão para crer que a alma pense antes que os sentidos lhe tenham fornecido ideias nas quais pensar. E, à medida que as ideias aumentam de número e são no espírito, a alma,

com o exercício, melhora sua faculdade de pensar em todas as suas várias partes. Em seguida, compondo essas ideias e refletindo sobre suas próprias operações, aumenta seu patrimônio, bem como sua facilidade de recordar, raciocinar e utilizar outros modos de pensar".

Eis outro texto que se tornou muito famoso, no qual Locke retoma a antiga tese da alma como tábula rasa, na qual só a experiência inscreve os conteúdos:

"Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel branco desprovido de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde lhe provem este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento." (Ensaio sobre o entendimento humano. Livro II, cap. I, sec. 2).

As ideias e a interpretação do conhecimento

A experiência é de dois tipos:

- 1) **externa**, da qual derivam as ideias simples de sensação (extensão, figura, movimento etc.);
- 2) **interna**, da qual derivam as ideias simples de reflexão (prazer, dor etc.).

Ora, Locke chama de qualidade o poder que as coisas possuem de produzir as ideias em nós, e opera a distinção entre:

a) **qualidades primárias** e reais dos corpos (extensão, número, movimento etc.), das quais as ideias correspondentes que se produzem em nós são cópias exatas;

b) **qualidades secundárias**, que constituem os poderes de combinação das primárias (cores, sabores etc.) e são em parte subjetivas, isto é, não se assemelham exatamente às qualidades primárias dos corpos.

A mente tem o poder de operar tanto combinando as ideias entre si e formando assim ideias complexas, como separando algumas ideias de outras para formar ideias gerais. As ideias complexas são de três tipos:

a) **ideias de modos**, que são alterações das substâncias;

b) **ideias de substâncias**, que nascem do hábito de supor um substrato em que subsistem algumas ideias simples que caminham sempre juntas;

c) **ideias de relações**, que nascem do confronto que o intelecto institui entre ideias.

Locke admite também uma ideia geral de substância, obtida por abstração, e não nega a existência de substâncias, mas a capacidade da mente humana de ter ideias claras e distintas.

Ligado ao problema da substância está a seguir o da essência. Para Locke a essência real seria a própria estrutura das coisas, mas nós conhecemos apenas a essência nominal, que consiste no conjunto de qualidades que uma coisa deve ter para ser chamada com determinado nome.

Em tal sentido a abstração, que para as metafísicas clássicas era o processo fundamental para captar a essência, em Locke torna-se uma parcialização de outras ideias mais complexas. O geral e o universal não pertencem à existência real das coisas, mas são invenções do intelecto e se referem apenas aos sinais, sejam eles palavras (nomes = Locke é um nominalista) ou ideias.

O conhecimento consiste na percepção da conexão e do acordo, ou do desacordo e do contraste, entre nossas ideias. Esse tipo de acordo ou de desacordo pode ser percebido em três modos diferentes, correspondentes a três diversos graus de certeza:

1) por **intuição**, isto é, por evidencia imediata, e este modo de conhecimento é o mais claro e certo: com ele captamos nossa existência;

2) por **demonstração**, isto é, por meio da intervenção de *conhecimento* outras ideias concatenadas logicamente (por meio do raciocinar: com ele captamos Deus);

3) por **sensação**, este tipo de conhecer, o menos claro e o menos certo, e o que se refere a existência das coisas externas.

3.2 Liberalismo político

Assim como não há ideias inatas, não existe também o direito inato, divino de governar. Locke era contra um governo absoluto, que tudo pudesse fazer, desrespeitando os direitos dos indivíduos e invadindo a esfera da sua intimidade.

Assim como Hobbes, ele vai tratar sobre a origem e a legitimidade do Estado, mas via diferir deste em muitos aspectos.

Suas ideias políticas estão contidas no *Segundo tratado sobre o governo*, obra que foi escrita para justificar e legitimar a revolução gloriosa, investigando até onde deve ir o poder de governar e para que ele serve.

Essa obra é um marco histórico no pensamento político ocidental, pois serviu de base para as principais revoluções liberais da Idade Moderna. O *Segundo tratado sobre o governo* é o primeiro e mais completo trabalho sobre o Estado liberal.

Estado de Natureza

Na mesma linha de Hobbes, e contrário a Aristóteles, a teoria individualista de Locke afirma que o homem é anterior à sociedade e ao Estado.

Mas diferentemente de Hobbes, ele afirma que realmente, historicamente, existiu um estágio pré-social e político onde o homem vivia em liberdade e igualdade, que não era um estado de guerra, mas de relativa paz, chamado de estado de natureza.

Nesse estado o homem já era um ser racional detentor de propriedade, esta entendida em sentido amplo como sua vida, liberdade e seus **direitos naturais**. Locke, assim como Hobbes, também foi um dos grandes defensores do *jusnaturalismo* (jus = direito, naturalismo = natural).

A propriedade

Em um sentido mais restrito, a propriedade para Locke é também a posse de bens, sejam eles móveis ou imóveis. Os burgueses quase deliraram de alegria quando leram o que ele escreveu sobre a propriedade, que era muito mais favorável a eles do que

a concepção de Hobbes, além de ser algo inovador para a época.

Para Hobbes, a propriedade não existia em estado de natureza tomando-se somente possível com a criação do estado, por isso o soberano, a causa de sua existência, podia dela dispor como bem lhe conviesse.

Para Locke, não. A propriedade já era possível desde o estado natureza como um direito do homem. E por ser um direito existente antes mesmo da criação da sociedade, não pode ser violado pelo Estado. Que bacana, não é?

Em estado de natureza o homem era livre e dono de sua pessoa e de seu trabalho. E era este o critério de aquisição de propriedade. A terra foi dada por Deus aos homens, mas pode se apropriar dela quem lhe imprimir o seu trabalho. Quem trabalha num pedaço de terra se torna seu proprietário, não podendo ninguém mais ter direito sobre esse pedaço.

Desse modo, se só posso ser dono do que conseguir trabalhar, então, minha propriedade será limitada, porque não poderei trabalhar em grandes extensões de terra, certo? Errado.

Com a invenção do dinheiro, o que era útil, mas perecível, como a carne, o leite, arroz, trigo, etc, pôde ser trocado por moedas de ouro e prata, ou melhor, pôde ser comprado. O dinheiro possibilitou o comércio, e uma nova forma de adquirir propriedade, além do trabalho.

De limitada, a propriedade pôde se tornar ilimitada, basta ter dinheiro para comprá-la. Aqui, Locke legitima a acumulação de riquezas e, por conseguinte, a desigualdade.

Contrato social

O estado de natureza pensado por Locke, não era um estado de guerra como em Hobbes, havia até uma relativa paz. Então, por que fazer um pacto para criar o Estado?

Para estabelecer leis gerais aceitas por todos, resolver os conflitos que possam aparecer, com imparcialidade e força para fazer valer as decisões. Não se pode deixar que os particulares resolvam sozinhos os seus conflitos, pois não haverá justiça no resultado.

Disso decorre que seus **objetivos principais** são:

1) **Preservar** os direitos naturais, entendidos como a propriedade em sentido amplo, ou seja, vida, liberdade, e a propriedade em sentido estrito (posse de bens), e;

2) **Proteger** a comunidade política dela mesma (evitar guerra civil) e de inimigos externos.

Em Hobbes, o contrato social é um pacto de *submissão*. Em Locke, é um pacto de *consentimento*. Os homens de livre e espontânea vontade criam o Estado para preservar os direitos que já possuíam em estado de natureza (direitos naturais).

Sociedade política ou civil

A passagem do estado de natureza para o Estado se dá pelo consentimento *unânime* de todos os indivíduos, mas o mesmo não ocorre com a escolha da forma de governo, que deve ser uma escolha *majoritária* (pela maioria).

No caso da Inglaterra, pós revolução gloriosa, impera um sistema misto de governo, onde o rei representa a monarquia, a Câmara dos Lordes, a oligarquia, e a Câmara dos Comuns, a democracia. Mas, mesmo para um homem comum participar desta última, era necessário ter terras e dinheiro, pois só assim teria condições de participar da vida política. A democracia pensada por Locke é, nessa medida, exclusiva e elitista.

Na teoria política de Locke, o Estado não é invasivo na regulação da vida do indivíduo em sociedade, devendo haver liberdade de expressão, de pensamento, e de culto, e principalmente, **não deve interferir na atividade econômica**.

Ele existe apenas para preservar o bem comum, qual seja, a propriedade dos indivíduos, que consentiram viver em sociedade justamente para esse fim. Fora isso, o estado deve deixar o indivíduo em paz.

Para Locke, o Estado só se legitima quando existe o controle do governo pela sociedade, quando o governo é comprometido com a proteção do direito de propriedade (bem comum), e quando há o controle do executivo pelo legislativo.

Direito de resistência

Quando o governo deixa de preservar o bem comum, e começa a exercer o poder em interesse próprio, ele se torna tirânico, e a sociedade tem o direito legítimo de se rebelar contra ele, podendo usar até mesmo a força.

Conclusão

John Locke foi um grande filósofo, tanto por seus trabalhos em teoria do conhecimento, quanto em política. A teorização da defesa dos direitos naturais, como a vida, a liberdade, e a propriedade dos indivíduos

como fim a ser perseguido pelo Estado, faz dele o pai do liberalismo político.

Suas ideias políticas justificaram a Revolução Gloriosa, a revolução norte-americana, e a Revolução Francesa.

Não tem como entender a política de nosso tempo sem estudá-lo, pois suas ideias estão na base de nosso sistema político.

QUESTÕES

1. A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato.

(John Locke, Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.13.)

O empirismo, corrente filosófica da qual Locke fazia parte,

- afirma que o conhecimento não é inato, pois sua aquisição deriva da experiência.
- é uma forma de ceticismo, pois nega que os conhecimentos possam ser obtidos.
- aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.
- defende que as ideias estão presentes na razão desde o nascimento.

2. “Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as suas posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem. [...] Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro [...]. Contudo, embora seja um estado de liberdade, não o é de licenciosidade; apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontrolável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse, senão quando uso mais nobre do que a simples conservação o exija. O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga. [...] E para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observe a lei da natureza, que importa na paz e na preservação

de toda a Humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação, pois a lei da natureza seria vã, como quaisquer outras leis que digam respeito ao homem neste mundo, se não houvesse alguém nesse estado de natureza que não tivesse poder para pôr em execução aquela lei e, por esse modo, preservasse o inocente e restringisse os ofensores.” (Locke)

Considerando o texto citado, é correto afirmar, segundo a teoria política de Locke, que

a) o estado de natureza é um estado de perfeita concórdia e absoluta paz, tendo cada indivíduo poder ilimitado para realizar suas ações como bem lhe convier, sem nenhuma restrição de qualquer lei, seja ela natural ou civil.

b) concebido como um estado de perfeita liberdade e de igualdade, o estado de natureza é um estado de absoluta licenciosidade, dado que, nele, o homem tem a liberdade incontável para dispor, a seu belprazer, de sua própria pessoa e de suas posses.

c) pela ausência de um juiz imparcial, no estado de natureza todos têm igual direito de serem executores, a seu modo, da lei da natureza, o que o caracteriza como um estado de guerra generalizada e de violência permanente.

d) no estado de natureza, pela ausência de um juiz imparcial, todos e qualquer um, julgando em causa própria, têm o “direito de castigar os transgressores” da lei da natureza, de modo que este estado seja de relativa paz, concórdia e harmonia entre todos.

e) no estado de natureza, todos os homens permanentemente se agridem e transgridem os direitos civis dos outros.

3. (UFU 2012) Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

A) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.

B) Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.

C) Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.

D) Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza.

4. (UFU 2011) [...] O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição [...] nisto temos a clara diferença entre o estado de natureza e o estado de guerra, muito embora certas pessoas os tenham confundido, eles estão tão distantes um do outro [...].

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

Leia o texto acima e assinale a alternativa correta.

A) Para Locke, o estado de natureza é um estado de destruição, inimizade, enfim uma guerra “de todos os homens contra todos os homens”.

B) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra.

C) Segundo Locke, para compreendermos o poder político, é necessário distinguir o estado de guerra do estado de natureza.

D) Uma das semelhanças entre Locke e Hobbes está no fato de ambos utilizarem o conceito de estado de natureza exatamente com o mesmo significado.

5. Um dos aspectos mais importantes da filosofia política de John Locke é sua defesa do direito à propriedade, que ele considerava ser algo inerente à natureza humana, uma vez que o corpo é nossa primeira propriedade. De acordo com esta perspectiva, o Estado deve

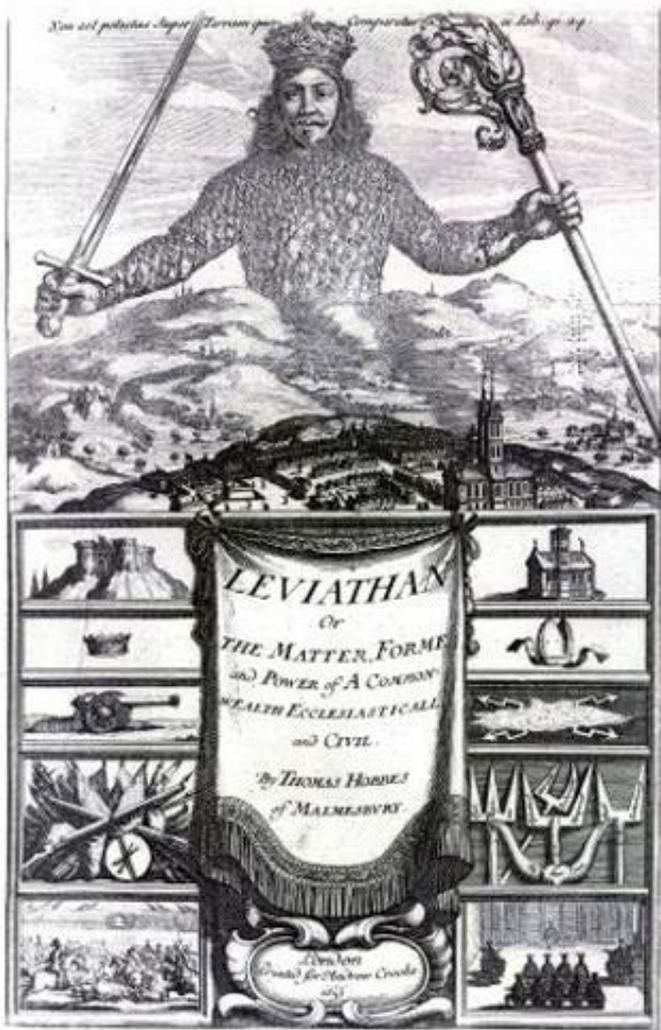
a) permitir aos seus cidadãos ter propriedade ou propriedades.

b) garantir que todos os seus cidadãos, sem exceção, tenham alguma propriedade.

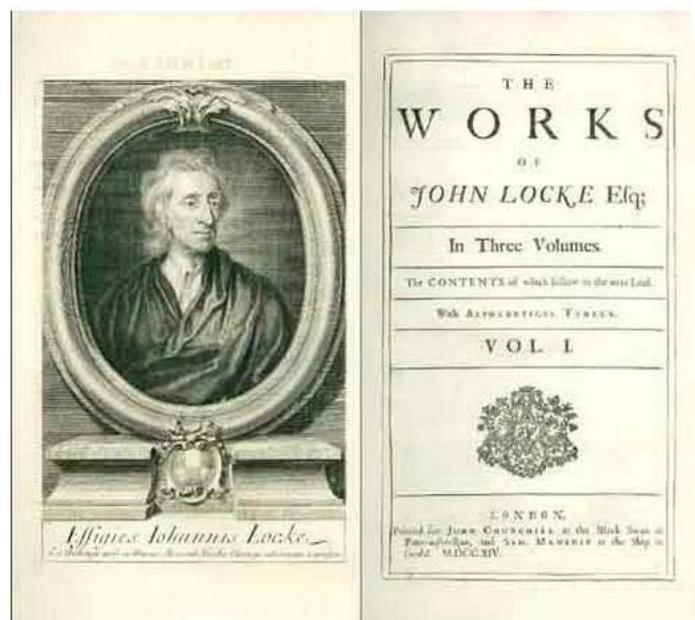
c) garantir aos cidadãos a posse vitalícia de bens.

d) fazer com que a propriedade seja comum a todos os cidadãos.

6.



Frontispício da primeira edição do livro *Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes, ilustrado por Abraham Bosse. Na imagem vemos o monstro Leviatã, dotado de poder militar e religioso.



Primeiro volume da edição de 1740 da obra que reunia vários trabalhos de Locke.

HISTÓRIA EM REDE. P. 303. *Conhecimentos do Brasil e do Mundo*. Roberto Catelli Junior. Ed. Scipione

As gravuras acima dizem respeito a duas obras contratualistas escritas nos séculos XVII e XVIII nas quais os autores defendem seus pontos de vista.

Comparando a noção de Estado de Hobbes e Locke concluímos que

a) enquanto Hobbes defende a participação popular na formação de governo, Locke considera que o príncipe deve assumir o controle das instituições individualmente.

b) Hobbes considera que, para superar o caos, o Estado deveria se munir de toda força para manter os indivíduos em ordem. Para Locke, o que legitimava o poder era o consentimento da maioria, portanto expressa a defesa do liberalismo.

c) Para Hobbes o homem é o lobo do homem, por isso, sugere o contrato social consensual, no qual todos os indivíduos participam do poder. Já para Locke, os indivíduos devem transferir poderes ao Rei. Este deve ser forte o suficiente para proteger a todos.

d) Ambos são defensores da democracia, pois o contrato social, em qualquer circunstância, sugere participação popular no poder governamental.

e) Para Hobbes, a defesa da soberania popular seria indispensável para a superação do caos político europeu, diferindo da tese de Locke, que advogava um governo forte e interventor.

7. Leia atentamente os textos a seguir.

O princípio que de entrada estabelecemos que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma de suas formas, a justiça. Ora nós estabelecemos, segundo supenho, e repetimo-lo muitas vezes, se bem te lembras, que cada um deve ocupar-se de uma função na cidade, aquela para a qual a sua natureza é mais adequada.

PLATÃO. *A república*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, p. 185.

Se o homem é tão livre no estado de natureza como se tem dito, se ele é senhor absoluto de sua própria pessoa e de seus bens, igual aos maiores e súdito de ninguém, por que renunciar à sua liberdade, a este império, para sujeitar-se à dominação e ao controle de qualquer outro poder? A resposta é evidente: ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo dele é muito precário [...] e não é sem razão que ele solicita e deseja se unir em sociedade com outros, que já estão reunidos

ou que planejam se unir, visando à salvaguarda mútua de suas vidas, liberdade e bens, o que desigmo pelo nome geral de propriedade.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Bragança Paulista: São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2006. p. 156.

Os trechos acima, extraídos, respectivamente, de obras de Platão (427-347 a.C.) e de John Locke (1632-1704), remetem-nos a diferentes concepções de justiça. A partir de sua leitura e dos conhecimentos que possuímos sobre estes autores, é certo afirmar:

a) A concepção platônica de justiça baseia-se na tese de que cada indivíduo é senhor racional de si mesmo, sendo a democracia igualitária a forma perfeita de justiça. Para Locke, não há justiça na sociedade civil, pois a sua instituição nega aos homens a plenitude de seus direitos naturais, procedimento, entretanto, necessário à sua segurança.

b) Em *A república* de Platão, a justiça realiza-se mediante o programa pedagógico que identifica a inclinação da alma predominante em cada cidadão, determinando-se, assim, a divisão social em governantes-filósofos, guerreiros e trabalhadores. Para Locke, a justiça realiza-se na sociedade civil que garante a igualdade de direitos individuais, sendo esta uma concepção mais próxima da noção de justiça presente nas democracias liberais contemporâneas.

c) Para Platão, a justiça consiste na lei do mais forte, o que explica sua divisão da sociedade em governantes, guerreiros e trabalhadores, sendo a hierarquia garantida pela possibilidade de uso da violência física por governantes e guerreiros. Para Locke, a justiça realiza-se na transferência das ambições individuais para uma instituição que concentre em si todo o poder, a saber, o Estado absolutista.

d) A noção de justiça expressa por Platão em *A república*, segundo a qual todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos, baseia-se na igualdade jurídica, sendo até hoje fonte de inspiração às democracias ocidentais. Locke, por sua vez, radicaliza a noção de justiça ao defender a abolição da propriedade privada como único meio de justificar a ultrapassagem do estado de natureza para a vida civilizada.

e) Para Platão, a justiça realiza-se mediante um contrato social que neutraliza as disposições agressivas dos seres humanos, moldando suas condutas em conformidade com o plano das ideias e promovendo o constante debate eleitoral. Para Locke, o homem é um ser naturalmente político, ou seja, qualquer que seja a forma de organização política, haverá justiça, pois os direitos naturais, a vida e a liberdade serão respeitados.

8. Leia o texto a seguir:

“Em Locke, o contrato social é um *pacto de consentimento* em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza. No estado civil os direitos naturais inalienáveis do ser humano à vida, à liberdade e aos bens estão melhor protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário.”

Fonte: MELLO, L. I. A. “John Locke e o individualismo liberal.” In: WEFFORT, F. C. (Org.). *Os Clássicos da Política*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 86.

Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre a filosofia política de Locke, assinale a afirmativa correta:

a) O contrato social se justifica, para Locke, tendo em vista as adversidades do estado de natureza, entendido como fundamentado no estado de guerra.

b) Para Locke, o pacto social exige que os indivíduos cedam seu poder à direção suprema da vontade geral.

c) Para justificar o direito à propriedade privada, Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são adquiridos pelo trabalho.

d) Na teoria do contrato social de Locke, o pacto é firmado apenas entre os súditos, não fazendo parte dele o soberano.

e) Segundo o contratualismo de Locke, os homens, ao fazerem o pacto, transferem a um terceiro (homem ou assembleia) a força coercitiva da comunidade, trocando voluntariamente sua liberdade pela segurança garantida pelo Estado.

9. “Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal.”

Bobbio.

Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas abaixo:

I. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no estado civil.

II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.

III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do estado civil e, em consequência, o retorno ao estado de natureza.

IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.

V. Da dissolução do poder legislativo, que é o poder no qual “se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente”, decorre, como consequência, a dissolução do estado de natureza.

Das afirmativas feitas acima

- somente a afirmação I está correta.
- as afirmações I e III estão corretas.
- as afirmações III e IV estão corretas.
- as afirmação II e III estão corretas.
- as afirmações III e V estão incorretas.

10. “Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, porque abrirá ele mão dessa liberdade, porque abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque,

sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, e na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui nesse estado é muito insegura, muito arriscada. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da propriedade e dos bens a que chamo de 'propriedade'”.

Locke

Sobre o pensamento político de Locke e o texto acima, seguem as seguintes afirmativas:

- No estado de natureza, os homens usufruem plenamente, e com absoluta segurança, os direitos naturais.
- O objetivo principal da união dos homens em comunidade, colocando-se sob governo, é a preservação da “propriedade”.
- No estado de natureza, falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens.
- Os homens entram em sociedade, abandonando a igualdade, a liberdade e o poder executivo que tinham no estado de natureza, apenas com a intenção de melhor preservar a propriedade.
- No estado de natureza, há um juiz conhecido e imparcial para resolver quaisquer controvérsias entre os homens, de acordo com a lei estabelecida.

Das afirmativas feitas acima

- somente a afirmação I está correta.
- as afirmações I e III estão corretas.
- as afirmações II e V estão corretas.
- as afirmações IV e V estão corretas.
- as afirmações II, III e IV estão corretas.

11. O filósofo inglês John Locke (1632-1704) construiu uma teoria político-social da propriedade que é, até hoje, uma das referências principais sobre o tema. Afirma ele:

“A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do trabalho do homem e conveniências da vida. Nenhum trabalho do homem podia tudo dominar ou de tudo apropriar-se. [...] Assim o trabalho, no começo (das sociedades humanas), proporcionou o direito à propriedade sempre que qualquer pessoa achou conveniente empregá-lo sobre o que era comum.”

(LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 48; 45; 52)

Em consonância com essa concepção de propriedade do filósofo, é correto afirmar que

- 01) o direito à propriedade é, prioritariamente, fruto do trabalho.
- 02) o direito à propriedade é fundado naquele que primeiro se apossou do bem (terra, animais etc.).
- 04) o fato de os recursos naturais serem comuns a todos os homens gera um impedimento à propriedade individual.
- 08) o trabalho individualiza o que era propriedade comum, pois agrega algo particular ao bem.
- 16) o trabalho antecede a propriedade do bem e não o contrário.

4. GEORGE BERKELEY



A marca deixada por George Berkeley (1685 – 1753) na história da filosofia foi a sua afirmação da imaterialidade do mundo, pois para ele, nós não podemos saber se existem as coisas materiais.

Esse filósofo irlandês, e sacerdote anglicano, acreditava que a Europa estava perdida no materialismo científico e no ceticismo ocasionado pela dúvida estimulada pelo pensamento filosófico, o que retirava as pessoas do caminho da fé, afastando-as de Deus.

Com base nisso, pediu recursos ao parlamento inglês para fundar uma Universidade na América do Norte para educar os jovens de lá, que, segundo ele, ainda tinham salvação. Passou três anos em Rhode Island, colônia inglesa nos EUA, mas voltou para Londres depois que percebeu que os recursos nunca seriam enviados.

Para combater esse estado de degradação, Berkeley ataca, em sua obra *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*, a base fundamental da ciência moderna formulada por Newton, que é a matéria.

Ele sustenta um tipo diferente de empirismo, ao afirmar que só podemos conhecer através dos sentidos que nos dão a percepção das coisas, mas nada além disso. Melhor dizendo, nós conhecemos, apenas, as percepções das coisas, mas nunca as coisas mesmas, pois elas não existem.

A matéria não existe, o que existe são as percepções (ideias) que temos da existência das coisas. Por isso que, para ele, “*ser é perceber e ser percebido*”.

E ainda, essas percepções são apenas ideias simples, de experiências com objetos particulares, nunca podemos ter ideias complexas ou abstratas, porque elas não são originadas de experiências que temos com determinados objetos.

Esse negócio de ideias gerais e abstratas, isso é invenção de filósofo e cientista. Ora, se isso não existe, não há como existir as leis formuladas por Newton para explicar a natureza, e tchau ciência.

Em síntese, Berkeley defende a imaterialidade do mundo sustentando um idealismo imaterialista, segundo o qual, tudo o que existe são os sujeitos com suas percepções oriundas da experiência.

Mas então, poderiam argumentar que as coisas que não estão sendo percebidas não existem, ao que ele refutaria dizendo que existe um ser supremo que garante a existência das coisas a serem percebidas. E adivinhem quem ele diz que é esse ser supremo? Exatamente, Deus.

Perceba que, para ele, o mundo não existe de uma relação direta do indivíduo para com esse mundo, mas do mundo com indivíduo através de Deus que garante a percepção e o conhecimento do mundo ao indivíduo.

QUESTÕES

1. Berkeley está persuadido de juntar-se à certeza dos homens ao declarar que a palavra "ser" tem dois

sentidos diferentes e dois sentidos apenas: o de "perceber" e o de "ser percebido". Dizer que um espírito existe é dizer que ele percebe (e também, acrescenta Berkeley, que ele quer e age). Dizer que uma coisa existe é dizer que ela é percebida. A idéia metafísica de um ser material situado por trás do objeto e, por essa razão, inacessível deve, portanto, ser rejeitada inteiramente.

Ferdinand Alquié

Segundo o texto, é correto afirmar:

- A) A ontologia de Berkeley o leva ao ceticismo, já que nega a existência da matéria e a validade das idéias gerais e abstratas.
- B) As duas definições propostas por Berkeley implicam a recusa da noção metafísica de matéria.
- C) Para Berkeley, todo espírito percebe alguma coisa e, portanto, é forçoso admitir a existência da matéria.
- D) Berkeley concede um estatuto problemático à existência dos objetos da percepção, pois, para ele, o referente de nossas percepções é sempre indeterminável.
- E) A ontologia de Berkeley o inscreve na filosofia da representação, pois nossas percepções devem sempre corresponder a algo existente fora da mente.

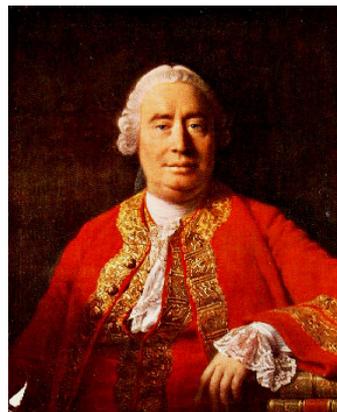
2. (UEM 2014) “Na introdução ao Princípios, Berkeley lamenta: como garantir a credibilidade da filosofia se, ao invés de responder a esta demanda por fundamentos e satisfazer nossos anseios de paz de espírito, ela nos inunda com uma multiplicidade de teorias que geram disputas e dúvidas sem fim? Depois de fazer levantar uma espessa poeira de palavras, a própria filosofia reclama por não conseguir mais ver com clareza aquilo que aparece claro e sem problemas ao homem comum...”

(SKROCK, E. George Berkeley e a terra incógnita da filosofia. In: MARÇAL, J. (org.). Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED, 2009, p. 103).

A partir do exposto, é correto afirmar que a filosofia

- 01) identifica-se com o senso comum.
02) propõe questões insolúveis.
04) debate teorias diferentes entre si.
08) proporciona a paz de espírito.
16) estabelece verdades absolutas.

5. DAVID HUME E O PODER DO HÁBITO



Nascido em Edimburgo, na Escócia, Hume (1711-1776) abandona os estudos de direito para se dedicar à Filosofia. Passa a maior parte de sua vida na Inglaterra, onde se dedicou à política e ocupou cargos públicos, como o de embaixador na França.

Foi um filósofo muito importante e famoso, escrevendo sobre política, moral, teologia, e foi muito importante para a teoria do conhecimento, avançando nos estudos do empirismo. E é nessa parte de sua filosofia que vamos nos ater aqui.

Empirismo

Hume é um empirista radical, para ele, não existe conhecimento que não tenha sido adquirido pelos sentidos. Não existem idéias inatas, todas elas vão se formando em nossa mente desde quando nascemos e durante toda a nossa experiência de vida. Na experiência reside a fonte de nosso conhecimento. E como fazer para verificar se o que pensamos saber é falsa ou verdadeira?

Segundo ele, o que existe em nossa mente são **percepções**, que são de dois tipos:

1 – **impressões**, que são percepções fortes. Quando queimamos pela primeira vez a ponta do dedo em algo quente, temos a percepção do calor e da dor. Quando isso acontece novamente, não temos mais a percepção, por que ela já está em nossa mente, o que temos é uma impressão, que é o sentir a percepção novamente.

2 - **ideias/pensamentos**, que são percepções mais fracas. São as lembranças que temos das percepções. Quando lembramos do dedo queimando, temos apenas uma ideia (percepção mais fraca) do que aconteceu, mas não sentimos novamente a dor e o calor. Nossas ideias, portanto, são apenas cópias das impressões.

De posse disso, podemos agora perceber quando uma ideia é verdadeira ou falsa. Somente as verdadeiras tem origem na experiência.

E para saber quais delas se originam na experiência temos que **decomp** as ideias complexas até chegarmos às simples, se essas tiverem por base a experiência, são verdadeiras, e se da sua união surgir

uma ideia complexa que também tem por base a experiência, então, ela também é verdadeira.



Imaginemos um pégaso, ele é um cavalo com asas. Temos a ideia de cavalo unida a ideia de asas. As duas ideias provêm de percepções reais, pois cavalo e asa existem, todos já vimos na realidade. Mas quando essas ideias se juntam, não há qualquer correspondente disso no mundo empírico, real. Portanto, só podemos concluir que pégaso é uma ideia falsa.

Esse processo de decomposição é importante porque nossa mente pode nos enganar com seus truques que a razão não pode controlar. Por isso que um conhecimento, proveniente somente da razão não pode ser confiável, ele deve ter a experiência como base de verificação.

O mesmo processo se aplica a ideia de *Deus*, e do *eu* cartesiano. Se Deus existe, nós não podemos conhecê-lo, pois não há essa percepção da realidade. De outra banda, há medida que vamos vivendo vamos adquirindo várias percepções do *eu*, e cada uma delas diferentes umas das outras. Portanto, não existe essa unidade constante que é uma substância pensante. Isso não passa de invenção da mente.

O hábito, a crença e o fim da causalidade

Quando uma criança solta alguma coisa pela primeira vez, ela não sabe que aquele objeto vai cair. Mas quando ela cresce, de tanto ela soltar coisas, ela aprende que cai.

Newton respondeu que as coisas caem porque existe a gravidade que a atrai para o chão. Mas o próprio Newton não sabia o que era a gravidade, ele nunca viu, ou tocou nela, e nem sentiu. Você, agora, está sentindo a gravidade? Quando você pula você sente a gravidade lhe puxando para baixo? Não. Você apenas cai. E sabe que vai cair porque sempre experimentou isso, não é?

Ora, não existe uma lei racional chamada gravidade que é a causa de todos os corpos tenderem ao chão. Pensar nisso é apenas um truque da mente, o que existe são percepções disso, nada mais. Por termos o hábito de experimentarmos isso toda vez, acabamos tendo a crença de que isso sempre se repetirá.

Hume diz que não existem causas gerando efeitos, o que há é uma crença, oriunda das experiências

habituais, de que toda vez que um evento x acontecer, um evento y também irá acontecer como seu efeito.

Por isso não há um conhecimento certo e universal de que o sol nascerá todos os dias, ou de que a noite sucederá ao dia, ou de que se eu me atirar de um penhasco eu vá cair. Para ele, portanto, não existe esse negócio de leis imutáveis da natureza. Isso é só um truque da mente humana.

Lembrem que falei no início que ele havia sido um filósofo famoso, pois é, sua teoria foi levada a sério pelos pensadores de seu tempo. Por isso, o seu empirismo radical, levado às últimas consequências, tinha que ser refutado, pois ele acabava com toda esperança de um conhecimento racional.

Sem o princípio de causalidade não há como existir nem ciência, nem moral, muito menos uma política racional.

QUESTÕES

1. (UFU 2014) Segundo David Hume, é correto afirmar que o princípio de causalidade é

- A) o resultado da nossa forma habitual de perceber os fenômenos, uns em conjunção com os outros.
- B) o nexos, fixado por Deus na criação, entre os objetos da experiência.
- C) o conhecimento *a priori* da natureza e dos seus fenômenos.
- D) o ato de conectar os objetos da experiência a partir dos valores e interesses utilitários de uma classe social.

2. (UFU 2011) David Hume (1711-1776) é um dos representantes do empirismo. Sua teoria sobre as ideias parte do princípio de que não há nada em nossa mente que não tenha passado antes pelos sentidos, portanto, as ideias vão se formando ao longo da vida. Dessa forma, Hume afasta-se do princípio da corrente racionalista ou inatista segundo a qual afirma que há ideias inatas em nossa mente.

De acordo com o pensamento de Hume, é correto afirmar que

- A) as percepções dos sentidos geram impressões e ideias.
- B) as ideias que podem ser consideradas verdadeiras são as inatas.
- C) as ideias fictícias são as que têm mais alto grau de ser.
- D) as percepções dos sentidos nos enganam, por isso as ideias daí decorrentes são falsas.

3. (UFU 2012) O texto abaixo comenta a correlação entre ideias e impressões em David Hume. Em contrapartida, vemos que qualquer impressão, da mente ou do corpo, é constantemente seguida por uma ideia que a ela se assemelha, e da qual difere apenas nos graus de força e vividez. A conjunção constante de nossas percepções semelhantes é uma prova convincente de que umas são as causas das outras; [...].

HUME, D. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 29.

Assinale a alternativa que, de acordo com Hume, indica corretamente o modo como a mente adquire as percepções denominadas ideias.

- A) Todas as nossas ideias são formas *a priori* da mente e, mediante essas ideias, organizamos as respectivas impressões na experiência.
- B) Todas as nossas ideias advêm das nossas experiências e são cópias das nossas impressões, as quais sempre antecedem nossas ideias.
- C) Todas as nossas ideias são cópias de percepções inteligíveis, que adquirimos através de uma experiência metafísica, que transcende toda a realidade empírica.
- D) Todas as nossas ideias já existem de forma inata, e são apenas preenchidas pelas impressões, no momento em que temos algum contato com a experiência.

4. “Embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificaremos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou de diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência.”

(HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. Trad. de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 36. Coleção Os Pensadores.)

De acordo com o texto, é correto afirmar que, para Hume:

- a) Os sentidos e a experiência estão confinados dentro de limites muito reduzidos.
- b) Todo conhecimento depende dos materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência.
- c) O espírito pode conhecer as coisas sem a colaboração dos sentidos e da experiência.

d) A possibilidade de conhecimento é determinada pela liberdade ilimitada do pensamento.

e) Para formar as ideias, o pensamento descarta os materiais fornecidos pelos sentidos.

5. A respeito da filosofia de David Hume (1711-1776), escolha entre as alternativas abaixo a única que oferece, respectivamente, uma característica empirista e uma característica cética do pensamento deste filósofo escocês.

- A) Nenhuma ideia complexa pode ser derivada das sensações; a ideia de eu pode ser representada pelo pensamento puro.
- B) As ideias simples são inatas e independem dos sentidos; a causalidade é uma conexão necessária e facilmente observável.
- C) As ideias se originam da experiência sensível; as impressões não são constantes e invariáveis a ponto de constituir a ideia de eu.
- D) A relação causa-efeito é apreendida pelo raciocínio *a priori*; as impressões são variáveis, por isso não há nada de regular no mundo.

6. Para David Hume, a negação da validade universal do princípio de causalidade e da noção de necessidade que tal princípio implica, é fundamentada:

- A) na observação dos fenômenos que permite a compreensão e o conhecimento do mecanismo interno das coisas reais. Assim, qualquer ciência pode atingir o conhecimento pleno e definitivo dos fenômenos.
- B) na observação dos fatos e no hábito que permitem a afirmação mais geral quando a observação permite a associação de situações semelhantes; o hábito, portanto, vai além da experiência.
- C) em toda relação de causa e efeito, porém, é a causalidade que permite a passagem de um objeto para outro objeto, cada associação permite o conhecimento da natureza íntima das coisas, ou seja, da sua realidade interior.
- D) no conhecimento que só é possível pela refutação de todas as crenças; isto significa purificar o entendimento dos hábitos que o condicionam,

permitindo o fluir das ideias inatas e independentes da experiência.

7. Hume escreveu: "Quando pensamos numa montanha de ouro, apenas unimos duas ideias compatíveis, ouro e montanha, que outrora conhecêramos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, pois o sentimento que temos de nós mesmos nos permite conceber a virtude e podemos uni-la à figura e forma de um cavalo, que é um animal bem conhecido".

(HUME. "Investigações acerca do entendimento humano" -- Seção II. In: Da origem das ideias. Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Grifos do autor).

Observando os exemplos empregados pelo filósofo escocês, analise as assertivas abaixo.

I - Todas as ideias utilizadas pela razão originam-se, diretamente, do pensamento puro, sem nenhuma relação com as sensações.

II - A vinculação de uma coisa -- o ouro, com outra -- a montanha, não depende da vontade de querer associá-las.

III - Tudo aquilo que está no pensamento deriva das sensações externas e internas: o cavalo e a virtude do exemplo acima.

IV- Toda composição das coisas, conhecidas em separado, depende do espírito e da vontade que as empregam.

Assinale a alternativa que contém as assertivas verdadeiras.

- A) Apenas II e III.
- B) Apenas I, III e IV.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas III e IV.

8. David Hume escreveu que "podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade".

(HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 69.)

Assinale a ÚNICA alternativa, que apresenta estas duas classes de percepções:

- A) os pensamentos e as impressões.
- B) as ideias inatas e os dogmas religiosos.
- C) as certezas evidentes e os hábitos sociais.
- D) as superstições e as intuições intelectuais.

9. De acordo com David Hume,

"... embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificamos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência."

(HUME, David. Investigação acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1989. Coleção "Os Pensadores". p. 70.)

Com base na citação acima é correto afirmar:

I- as ideias inatas funcionam como fonte de todos os conhecimentos e são, também, o princípio regulador dos conhecimentos humanos, pois nada pode ser concebido sem a vitalidade dessas ideias, que são anteriores a toda experiência.

II- o pensamento constrói uma realidade independente da percepção sensível, pois os sentidos contaminam a inteligência humana com o erro. Para operar com retidão, portanto, o pensamento deve compor, no seu interior, as ideias adventícias com as quais, em seguida, manifestar-se-á sobre a veracidade ou a falsidade das coisas.

III- a base de todo conhecimento é a experiência, pois é ela que permite a formação das impressões, que estando ligadas às coisas, permitem que a inteligência tenha acesso aos objetos do conhecimento.

IV- o conhecimento humano é formado pelas impressões, que são percepções muito vivas e que se diferenciam das ideias, que são percepções menos vivas.

Disto se conclui, segundo Hume, que o pensamento por si só é inferior à sensação.

Assinale a alternativa que contém as assertivas verdadeiras.

- A) III e IV
- B) I e IV
- C) II e III
- D) I e II

10. “Para Hume, portanto, a causalidade resulta apenas de uma regularidade ou repetição em nossa experiência de uma conjunção constante entre fenômenos que, por força do hábito acabamos por projetar na realidade, tratando-a como se fosse algo existente. É nesse sentido que pode ser dito que a causalidade é uma forma nossa de perceber o real, uma idéia derivada da reflexão sobre as operações de nossa própria mente, e não uma conexão necessária entre causa e efeito, uma característica do mundo natural.”

(MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 183.)

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre causalidade em Hume, é correto afirmar:

- a) A experiência prova que a causalidade é uma característica do mundo natural.
- b) O conhecimento das relações de causa e efeito decorre da experiência e do hábito.
- c) A simples observação de um fenômeno possibilita a inferência de suas causas e efeitos.
- d) É impossível obter conhecimento sobre a relação de causa e efeito entre os fenômenos.
- e) O conhecimento sobre as relações de causa e efeito independe da experiência.

11. “Se um objeto nos fosse apresentado e fôssemos solicitados a nos pronunciar, sem consulta à observação passada, sobre o efeito que dele resultará, de que maneira, eu pergunto, deveria a mente proceder nessa operação? Ela deve inventar ou imaginar algum

resultado para atribuir ao objeto como seu efeito, e é obvio que essa invenção terá de ser inteiramente arbitrária. O mais atento exame e escrutínio não permite à mente encontrar o efeito na suposta causa, pois o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, conseqüentemente, revelar-se nela.”

(HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. p. 57-58.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o empirismo de David Hume, é correto afirmar:

- a) O efeito de uma causa é assegurado pela demonstração racional que, a priori, seleciona as possíveis conseqüências decorrentes dos objetos empiricamente aprendidos.
- b) A causa revela pela sua própria natureza, independentemente da experiência e da razão, os efeitos que é capaz de produzir.
- c) A razão é apta para relacionar as causas aos seus respectivos efeitos, uma vez que a vinculação entre causa e efeito é assegurada pelo princípio de identidade.
- d) A descoberta do efeito de um objeto ocorre mediante a experiência, que assegura uma relação entre a causa e o efeito, porém desconhece a necessidade que os vinculam.
- e) A conexão entre causa e efeito é fundamentada pela indução, a partir da constatação de que as observações passadas ocorrerão de forma semelhante no futuro.

12. “Assim como a natureza ensinou-nos o uso de nossos membros sem nos dar o conhecimento dos músculos e nervos que os comandam, do mesmo modo ela implantou em nós um instinto que leva adiante o pensamento em um curso correspondente ao que ela estabeleceu para os objetos externos, embora ignoremos os poderes e as forças dos quais esse curso e sucessão regulares de objetos totalmente dependem”.

HUME, D. Investigações sobre o entendimento humano. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.79-80.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria do conhecimento de Hume, assinale a alternativa correta:

- a) Para Hume, o princípio responsável por nossas inferências causais chama-se instinto de autoconservação.
- b) Entre o curso da natureza e o nosso pensamento não há qualquer correspondência.
- c) Na teoria de Hume, a atividade mental necessária à nossa sobrevivência é garantida pelo conhecimento racional das operações da natureza.
- d) O instinto ao qual Hume se refere chama-se hábito ou costume.
- e) Segundo Hume, são os raciocínios a priori que garantem o conhecimento das questões de fato.

13. (UEL 2008) Leia o texto a seguir:

Certamente, temos aqui ao menos uma proposição bem inteligível, senão uma verdade, quando afirmamos que, depois da conjunção constante de dois objetos, por exemplo, calor e chama, peso e solidez, unicamente o costume nos determina a esperar um devido ao aparecimento do outro. Parece que esta hipótese é a única que explica a dificuldade que temos de, em mil casos, tirar uma conclusão que não somos capazes de tirar de um só caso, que não discrepa em nenhum aspecto dos outros. A razão não é capaz de semelhante variação. As conclusões tiradas por ela, ao considerar um círculo, são as mesmas que formaria examinando todos os círculos do universo. Mas ninguém, tendo visto somente um corpo se mover depois de ter sido impulsionado por outro, poderia inferir que todos os demais corpos se moveriam depois de receberem impulso igual. Portanto, todas as inferências tiradas da experiência são efeitos do costume e não do raciocínio.

(HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano. tradução de Anuar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1999. pp. 61-62.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de David Hume, é correto afirmar:

- a) A razão, para Hume, é incapaz de demonstrar proposições matemáticas, como, por exemplo, uma proposição da geometria acerca de um círculo.
- b) Hume defende que todo tipo de conhecimento, matemático ou experimental, é obtido mediante o uso

da razão, e pode ser justificado com base nas operações do raciocínio.

- c) É necessário examinar um grande número de círculos, de acordo com Hume, para se poder concluir, por exemplo, que a área de um círculo qualquer é igual a π multiplicado pelo quadrado do raio desse círculo.
- d) Hume pode ser classificado como um filósofo cético, no sentido de que ele defende a impossibilidade de se obter qualquer tipo de conhecimento com base na razão.
- e) Segundo Hume, somente o costume, e não a razão, pode ser apontado como sendo o responsável pelas conclusões acerca da relação de causa e efeito, às quais as pessoas chegam com base na experiência.

14. (UEL 2008) Leia o texto a seguir.

Como o costume nos determina a transferir o passado para o futuro em todas as nossas inferências, esperamos— se o passado tem sido inteiramente regular e uniforme—o mesmo evento com a máxima segurança e não toleramos qualquer suposição contrária. Mas, se temos encontrado que diferentes efeitos acompanham causas que em aparência são exatamente similares, todos estes efeitos variados devem apresentar-se ao espírito ao transferir o passado para o futuro, e devemos considerá-los quando determinamos a probabilidade do evento.

(HUME, D. Investigações acerca do entendimento humano. Tradução de Anuar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 73.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre Hume, é correto afirmar:

- a) Hume procura demonstrar o cálculo matemático de probabilidades.
- b) Hume procura mostrar o mecanismo psicológico pelo qual a crença se fixa na imaginação.
- c) Para Hume, há uma conexão necessária entre causa e efeito.
- d) Para Hume, as inferências causais são a priori.
- e) Hume procura mostrar que crença e ficção produzem o mesmo efeito na imaginação humana.

15. Leia o texto abaixo.

Podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade. As menos fortes e menos vivas são geralmente denominadas pensamentos ou idéias. A outra espécie (...) pelo termo impressão, [pelo qual] entendo, pois, todas as percepções mais vivas, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos. E as impressões diferenciam-se das idéias, que são as percepções menos vivas, das quais temos consciência, quando refletimos sobre quaisquer das sensações ou dos movimentos acima mencionados.

HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano. Trad. de João Paulo Gomes Monteiro. São Paulo: Nova Cultural, p. 69-70. (Os Pensadores)

Para Hume, podemos afirmar que o conhecimento deve ser entendido como

- A) possível unicamente quando as impressões são reduzidas às ideias simples das quais se originam.
- B) descrição da realidade pautada pela ideia de substância e pela impressão de causalidade.
- C) uma associação de ideias, que são, em última instância, formadas por impressões.
- D) resultado da associação de ideias, que se originam exclusivamente do intelecto.

16. David Hume, filósofo do século XVIII, partindo da teoria do conhecimento, sustentava que

- I- o sujeito do conhecimento opera associando sensações, percepções e impressões recebidas pelos órgãos dos sentidos e retidas na memória.
- II- as ideias nada mais são do que hábitos mentais de associações e impressões semelhantes ou de impressões sucessivas.
- III- as ideias de essência ou substância nada mais são que um nome geral dado para indicar um conjunto de imagens e de ideias que nossa consciência tem o hábito de associar por causa das semelhanças entre elas.

Assinale

- A) se I, II e III estiverem corretas.

- B) se apenas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas II e III estiverem corretas.
- D) se apenas I e III estiverem corretas.
- E) se nenhuma estiver correta

17. Hume escreveu: “Quando pensamos numa montanha de ouro, apenas unimos duas idéias compatíveis, ouro e montanha, que outrora conhecêramos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, pois o sentimento que temos de nós mesmos nos permite conceber a virtude e podemos uni-la à figura e forma de um cavalo, que é um animal bem conhecido”.

HUME. “Investigações acerca do entendimento humano” — Seção II. In: Da origem das idéias. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Grifos do autor).

Observando os exemplos empregados pelo filósofo escocês, analise as assertivas abaixo.

I - Todas as idéias utilizadas pela razão originam-se, diretamente, do pensamento puro, sem nenhuma relação com as sensações.

II - A vinculação de uma coisa — o ouro, com outra — a montanha, não depende da vontade de querer associá-las.

III - Tudo aquilo que está no pensamento deriva das sensações externas e internas: o cavalo e a virtude do exemplo acima.

IV - Toda composição das coisas, conhecidas em separado, depende do espírito e da vontade que as empregam.

Assinale a alternativa que contém as assertivas verdadeiras.

- A) Apenas II e III.
- B) Apenas I, III e IV.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas III e IV.

18. David Hume escreveu que “podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em

duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade”. HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 69.

Assinale a ÚNICA alternativa, que apresenta estas duas classes de percepções:

- A) os pensamentos e as impressões.
- B) as idéias inatas e os dogmas religiosos.
- C) as certezas evidentes e os hábitos sociais.
- D) as superstições e as intuições intelectuais.

19. (UEL 2010) Leia o texto a seguir:

O principal argumento humeano contra a explicação da inferência causal pela razão era que este tipo de inferência dependia da repetição, e que a faculdade chamada “razão” padecia daquilo que se pode chamar uma certa “insensibilidade à repetição”, ou seja, uma certa indiferença perante a experiência repetida. Em completo contraste com isso, o princípio defendido por nosso filósofo, um princípio para designar o qual propôs os nomes de “costume ou hábito”, foi concebido como uma disposição humana caracterizada pela sensibilidade à repetição, podendo assim ser considerado um princípio adequado à explicação dos raciocínios derivados de experiências repetidas.

(MONTEIRO, J. P. *Novos Estudos Humeanos*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003, p. 41)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o empirismo, é correto afirmar que Hume

- a) atribui importância à experiência como fundamento do conhecimento dedutivo obtido a partir da inferência das relações causais na natureza.
- b) corrobora a afirmação de que a experiência é insuficiente sem o uso e a intervenção da razão na demonstração do nexos causal existente entre os fenômenos naturais.
- c) confere exclusividade à matemática como condição de fundamentação do conhecimento acerca dos fenômenos naturais, pois, empiricamente, constata que a natureza está escrita em caracteres matemáticos.

d) demonstra que as relações causais obtidas pela experiência representam um conhecimento guiado por hábitos e costumes e, sobretudo, pela crença de que tais relações serão igualmente mantidas no futuro.

e) evidencia a importância do racionalismo, sobretudo as idéias inatas que atestam o nexos causal dos fenômenos naturais descobertos pela experiência.

20. David Hume, filósofo empirista do séc. XVIII opera com o postulado radical de que todos os materiais da mente humana são advindos da experiência. Das quatro alternativas abaixo, três formulam fundamentos básicos da filosofia de David Hume e são decorrentes deste postulado. Uma contém um evidente equívoco. Assinale, portanto, a alternativa INCORRETA, que está em contradição com o postulado acima enunciado.

- A) O tato, o olfato, o paladar e a audição não produzem idéias, pois não podem produzir cópias de nada que esteja contido numa experiência.
- B) Os órgãos dos sentidos, desde que aptos para suas funções, sempre produzem idéias referentes a certos aspectos da experiência.
- C) Todas as percepções da mente humana são impressões ou idéias, e estas percepções são, forçosamente, produtos da experiência.
- D) Toda idéia é cópia de uma impressão, e toda impressão precede uma idéia.

21. (ENEM 2012)

TEXTO I

Experimentei algumas vezes que os sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TEXTO II

Sempre que alimentarmos alguma suspeita de que uma ideia esteja sendo empregada sem nenhum significado, precisaremos apenas indagar: de que impressão deriva esta suposta ideia? E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão sensorial, isso servirá para confirmar nossa suspeita.

HUME, D. *Uma investigação sobre o entendimento*. São Paulo: Unesp, 2004 (adaptado).

Nos textos, ambos os autores se posicionam sobre a natureza do conhecimento humano. A comparação dos excertos permite assumir que Descartes e Hume

GABARITO

- a) defendem os sentidos como critério originário para considerar um conhecimento legítimo.
- b) entendem que é desnecessário suspeitar do significado de uma ideia na reflexão filosófica e crítica.
- c) são legítimos representantes do criticismo quanto à gênese do conhecimento.
- d) concordam que conhecimento humano é impossível em relação às ideias e aos sentidos.
- e) atribuem diferentes lugares ao papel dos sentidos no processo de obtenção do conhecimento.

22. (2015) Todo o poder criativo da mente se reduz a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos fornecem os sentidos e a experiência. Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias consistentes, ouro e a montanha, que já conhecíamos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, porque somos capazes de conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos unir a isso a figura e a forma de um cavalo, animal que nos é familiar.

HUME. D. **Investigação sobre o entendimento humano.** São Paulo: Abril Cultural, 1995.

Hume estabelece um vínculo entre pensamento e impressão ao considerar que

- a) os conteúdos das ideias no intelecto tem origem na sensação.
- b) o espírito é capaz de classificar os dados da percepção sensível.
- c) as ideias fracas resultam de experiências sensoriais determinadas pelo acaso.
- d) os sentimentos ordenam como os pensamentos devem ser processados na memória.
- e) as ideias têm como fonte específica o sentimento cujos dados são colhidos na empíria.

QUESTÕES BACON

1. a
2. e
3. a
4. a
5. d
6. c
7. e
8. c
9. e
10. d
11. e
12. c
13. d

QUESTÕES LOCKE

1. a
2. d
3. c
4. c
5. a
6. b
7. b
8. c
9. e
10. e
11. 1/8/16

QUESTÕES BERKELEY

1. b
2. 2/4

QUESTÕES HUME

1. a
2. a
3. b
4. b
5. c
6. b
7. a
8. a
9. a
10. d
11. d
12. d
13. e
14. b
15. c
16. c
17. d
18. a
19. d
20. a
21. e
22. a